

RELATÓRIO INTERNACIONAL SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA EM CABO VERDE EM 2020

Sumário Executivo

A Constituição e outras leis protegem o direito do indivíduo a escolher, praticar, professar e mudar de religião. A lei prevê a liberdade de religião e culto e prevê direitos iguais de acordo com a Constituição e a lei internacional. A lei exige que os grupos religiosos provem que têm 500 membros antes de se poderem registar formalmente como tal e concede-lhes certos direitos e privilégios. Ao abrigo de uma concordata com a Santa Sé, o governo reconhece o estatuto legal da Igreja Católica e dos casamentos católicos ao abrigo do direito civil.

Não foram divulgados actos sociais significativos que afectassem a liberdade religiosa.

Os representantes da embaixada discutiram as relações inter-religiosas com membros da sociedade civil, incluindo líderes religiosos, em todo o país, e promoveram o respeito pela liberdade religiosa.

Secção I. Demografia Religiosa

O governo dos EUA estima que a população total seja de 583.000 pessoas (estimativa de meados de 2020). De acordo com o mais recente recenseamento nacional de 2010, 77 por cento da população é católica, 10 por cento é protestante, 2 por cento é muçulmana e 11 por cento não se identifica com qualquer religião. A segunda maior denominação cristã é a Igreja dos Nazarenos. Entre outras denominações cristãs destacam-se os Adventistas do Sétimo Dia, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, as Assembleias de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus, os Baptistas Independentes e ainda outros grupos cristãos pentecostais e evangélicos. Há pequenas comunidades Bahá'i e judaicas.

Secção II. Respeito do Governo pela Liberdade Religiosa

Quadro Legal

A Constituição declara que a liberdade de consciência, religião e culto é um direito inviolável e protege o direito de cada indivíduo a escolher, praticar, professar e mudar de religião, bem como a fazer a sua própria interpretação das doutrinas religiosas. Garante a separação entre Estado e religião e proíbe o Estado de impor

CABO VERDE

2

crenças ou práticas religiosas aos cidadãos. Proíbe os partidos políticos de adoptar nomes associados a qualquer grupo religioso em particular. A Constituição proíbe a ridicularização de símbolos ou práticas religiosas.

As violações da liberdade religiosa constituem crime e são sujeitas a penas entre três meses e três anos de prisão. Podem incluir discriminação contra indivíduos pela sua expressa religião ou falta dela, violações da liberdade de receber ou não receber educação religiosa, negação de assistência religiosa em hospitais e prisões, negação de liberdade de expressão a organizações religiosas, ameaças a locais de culto e violações de objecção de consciência dentro dos limites da lei.

A lei codifica as cláusulas sobre liberdade religiosa da Constituição, garantindo a todas as religiões iguais direitos e garantias de acordo com a Constituição e a lei internacional. A lei separa a religião e o Estado, mas permite que o governo assine acordos com entidades religiosas sobre matérias de interesse público. Secções específicas da lei garantem também a protecção da herança religiosa, o direito à educação religiosa, a liberdade de organização dos grupos religiosos e o livre exercício de culto e actividades religiosas.

A concordata entre o governo e a Santa Sé reconheceu o estatuto legal da Igreja Católica bem como o seu direito a desenvolver livremente a sua missão apostólica. A concordata reconhece ainda o casamento católico nos termos do direito civil, bem como o direito dos católicos a realizar cerimónias religiosas ao domingo, e especifica um certo número de feriados católicos como feriados públicos. Protege os locais de culto e outras propriedades da Igreja Católica e contempla instituições de ensino católicas, actividades de beneficência e trabalho pastoral em instituições militares, hospitalares e penais. A concordata dispensa do pagamento de imposto as receitas e propriedades da Igreja utilizadas para actividades religiosas e sem fins lucrativos e determina que as contribuições à igreja sejam dedutíveis nos impostos.

A lei exige que todas as associações, quer sejam religiosas ou seculares, se registem no Ministério da Justiça. A Constituição determina que nenhuma associação pode ter armas, violar a lei penal ou promover a violência, o racismo, a xenofobia ou a ditadura. Para se registar, um grupo religioso deve apresentar uma cópia da sua Carta e dos estatutos assinados pelos seus membros. A falta de registo não resulta em qualquer restrição à prática religiosa, mas pode interferir na capacidade de um grupo religioso realizar actividades relacionadas, tais como importação de suprimentos, compra de terras e construção de locais de culto. O registo oferece benefícios adicionais, incluindo isenções de impostos e taxas nacionais, regionais e locais. Os grupos religiosos registados podem receber

CABO VERDE

3

isenções de impostos e de taxas relativos a locais de culto ou outros edifícios utilizados para fins religiosos, bem como a actividades com fins exclusivamente religiosos, instituições e seminários orientados para a educação religiosa ou formação de líderes religiosos, bens adquiridos para fins religiosos e, ainda, distribuição de publicações com informação sobre locais de culto religioso. As igrejas e grupos religiosos reconhecidos a nível oficial podem utilizar tempo de antena na rádio e na televisão públicas a suas próprias custas. A lei exige que os grupos religiosos obtenham assinaturas autenticadas de 500 membros antes que possam iniciar qualquer actividade relacionada com o desenvolvimento da sua presença no país. A falta de apresentação das assinaturas exigidas impede que grupos religiosos concluam o seu processo de registo formal e obtenham o estatuto de isenção de impostos e protecção de propriedade e presença no país. A lei permite a objecção de consciência ao serviço militar obrigatório por motivos religiosos.

O país subscreveu o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Práticas do Governo

Algumas escolas públicas continuaram a oferecer a disciplina opcional de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), orientada pela Igreja Católica de acordo com os termos da concordata da Santa Sé com o governo.

De acordo com as autoridades penitenciárias do Ministério da Justiça, o governo facultou acomodação para os presidiários praticarem a sua religião e praticarem cultos nas penitenciárias do país.

Secção III. Respeito da Liberdade Religiosa por Parte da Sociedade

Não foram divulgados actos sociais significativos que afectassem a liberdade religiosa.

Secção IV. Política e Envolvimento do Governo dos EUA

Os representantes da embaixada reuniram-se com comunidades católicas, nazarenas, adventistas e outras comunidades religiosas em viagem por todo o arquipélago para discutir as condições sociais e as relações entre as comunidades religiosas e inter-religiosas. Funcionários da embaixada falaram sobre liberdade religiosa com representantes da sociedade civil de grupos religiosos e de direitos humanos, bem como organizações de defesa das crianças.